

**ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES**

---

**TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS REDUNDANTES DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE NA DÉCADA DE 1970.**

Luciana Aparecida Bastos <sup>(1)</sup>  
Faculdade Integrado de Campo Mourão, Paraná.

**RESUMO**

Este artigo consiste num pequeno estudo sobre as transformações sócio-econômicas redundantes da industrialização da agricultura paranaense na década de 1970, demonstrando que a modernização do setor primário paranaense (agricultura e pecuária), constituiu-se na gênese do próprio processo de industrialização do Estado do Paraná.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura, industrialização, Paraná, modernização.

**REDUNDANT SOCIOECONOMIC CHANGES OF PARANÁ AGRICULTURE INDUSTRIALIZATION DURING THE 1970'S****ABSTRACT**

This paper focuses in a small study about the redundant socioeconomic changes of Paraná agriculture and industry in 1970, showing that Paraná primary section modernization (agriculture and livestock) became the beginning of Paraná industrialization process.

**KEYWORDS:** agriculture, industrialization, Paraná, modernization.

---

## 1) INTRODUÇÃO

A ocupação e o desenvolvimento econômico brasileiro se fizeram com descontinuidades temporais e geográficas ao longo de sua história. O açúcar no Nordeste (séculos XVI e XVII), o ouro em Minas Gerais com extensão para o Mato Grosso e Goiás (século XIX), o algodão no Maranhão (século XIX), a pecuária no Nordeste e no Sul do país desde o início da colonização, mas com ritmos e sentidos diferentes ao longo do tempo, a madeira e o mate no Paraná e no Centro-Oeste, o café no Leste brasileiro (século XIV) e a borracha na Amazônia (século XIX). Estes foram alguns dos exemplos mais marcantes de atividades econômicas que promoveram a ocupação e o desenvolvimento do país como um todo.

Há de se notar que, dentre estas atividades, somente a pecuária não se destinava ao mercado internacional. Logo, o dinamismo das mesmas dependia não só das condições locais de produção mas, antes de tudo, das condições do mercado internacional e da posição do Brasil em relação a outras regiões produtoras, o que caracterizou o espaço geográfico nacional como um verdadeiro mosaico econômico, resultado das diferentes experiências exportadoras.<sup>(2)</sup>

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, ocorreu um forte processo de concentração econômica em torno de São Paulo, inicialmente da produção agrícola (café) e, posteriormente, industrial.

Articulado à concentração geográfica da produção, estabeleceu-se um movimento migratório das regiões brasileiras de ocupação mais antiga (Nordeste e Minas Gerais) e também do exterior em direção a São Paulo. Pelos efeitos intersetoriais e pela expansão do mercado de consumo dada à introdução do trabalho assalariado, ampliaram-se as atividades urbanas naquele Estado.<sup>(3)</sup>

Tal dinâmica econômica estabeleceu as bases de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil, sob a liderança de São Paulo. Ademais, os outros Estados brasileiros passaram a ter suas economias fortemente influenciadas pelo comportamento da economia paulista.

Em alguns casos eram impedidos de crescer de forma mais independente, dada à concorrência dos produtos originários de São Paulo (caso do Nordeste) e, em outros, suas economias vinculavam-se à economia paulista como fornecedoras de alimentos e matérias-primas (caso do Paraná).

Entre 1820 e 1960, São Paulo recebeu 5,4 milhões de imigrantes, sendo 53% do exterior e 47% vindos de outras regiões do país. Em 1920, São Paulo já contava com 15% da população nacional, 29% do valor da produção agrícola e 31,5% do valor da produção industrial.<sup>(4)</sup>

Vinte anos mais tarde (1940), São Paulo já participava com 17,4% da população nacional, 35% do valor da produção agrícola e 45,3% do valor da produção industrial, configurando uma tendência nítida de concentração econômica com efeitos cumulativos.<sup>(5)</sup>

Em 1960, São Paulo já respondia por 54,5% do valor da transformação industrial <sup>(6)</sup> e torna-se, inegavelmente, o centro dinâmico da economia brasileira, dotado de características fortemente concentradoras, cujas conseqüências mais graves foram o aprofundamento dos desequilíbrios regionais no país.

Devido a essa dianteira de São Paulo, todas as regiões brasileiras, em maior ou menor grau, apresentaram quedas relativas na transformação industrial, com destaque especial para o Rio de Janeiro, berço da industrialização brasileira, e para o Nordeste; o primeiro com redução de 23,9% em 1940 para 15,7% em 1970 e, o último, com redução de 10% em 1940 para 5,7% em 1970.

É, portanto, a partir dessa situação em que a concentração econômica em São Paulo atingiu níveis elevadíssimos que decidimos estudar o novo movimento verificado na década de 1970, onde se percebe um processo de desconcentração parcial das atividades econômicas de São Paulo em favor de alguns outros Estados brasileiros.

Um trabalho recente que analisamos, em que abordamos o desenvolvimento econômico regional, com enfoque especial para o caso do Nordeste <sup>(7)</sup>, mostra que a partir da década de 1970 podemos observar certo aumento da participação de muitos Estados no valor da transformação industrial do país, como por exemplo Minas Gerais, que passou de uma participação de 6,5% do valor da transformação industrial do país em 1970, para 7,7% em 1980; Santa Catarina, cuja participação cresceu de 2,6% em 1970, para 7,3% em 1980; e Rio Grande do Sul, cuja participação cresceu de 6,3% em 1970 para 7,3% em 1980.

Mediante tais constatações, decidimos estudar o caso do Paraná, que, através da industrialização de sua agricultura, a partir de 1970, pôde deixar a alcunha de estado periférico de São Paulo, no que tange à importação de produtos industrializados e à exportação de produtos isentos de valor agregado para o mesmo, o que gerava para si constantes perdas comerciais.

Ademais, a modernização do setor primário paranaense (agricultura e pecuária), constitui-se na gênese do processo de industrialização do Estado do Paraná.

## **2) 1970: O MARCO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ.**

Até 1970, todas as análises realizadas pelos estudiosos da economia paranaense, baseadas na Teoria da Dependência <sup>(8)</sup>, afirmavam que o Estado seria eternamente dependente de São Paulo (em nível interno) e do exterior (em nível internacional), devido a sua economia tipicamente agrícola e a não agregação de valor em seus produtos. Assim, o Estado amargaria sempre saldos comerciais negativos em detrimento a São Paulo e ao exterior, por ser um típico importador de produtos industrializados e exportador de produtos primários, devido a sua economia agrário-exportadora. A única forma de mudar esse resultado, seria através da industrialização.

Desde o início da colonização do Norte do Estado, a agricultura paranaense passou a caracterizar-se por seu dinamismo e diversificação. O adjetivo “dinâmico” consiste no fato de que a mesma, durante longo período de tempo, sustentou altas taxas de crescimento do valor de sua produção.

Já no que tange à diversificação, observou-se uma economia agrícola que se afastou da monocultura, uma vez que, mesmo quando o café representava seu principal produto, juntamente com ele se cultivava o milho, o arroz, o feijão e muitas outras culturas.

Todavia, até os anos 1970, tal agricultura não possuía um caráter moderno (como moderno entendemos uma agricultura tecnificada mediante a crescente utilização de equipamentos e insumos industriais).

A tecnologia empregada era rudimentar e, apesar da produção destinar-se ao mercado, este setor consumia reduzida quantidade de artigos industriais em seu processo produtivo. Na década de 1970, por sua vez, a agricultura paranaense apresentou profundas modificações das atividades agropecuárias, transformação cuja essência foi dada pelo processo de modernização. Em outros termos, a agricultura do Paraná passou a ser também tecnificada, conforme veremos no decorrer da análise.

De acordo com estudiosos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entende-se por modernização:

[...] a crescente utilização na produção agropecuária, de máquinas, equipamentos, bem como insumos industriais. Esta prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas formas de estruturação da produção, ou seja, afeta a estrutura fundiária e a pauta dos principais produtos. (IPARDES, 1982, p. 25)

Tais ocorrências podem ser explicadas por dois fatores básicos, a saber:

A diversificação, bem como a ampliação da indústria doméstica, possibilitou o surgimento de modernos setores produtores de máquinas e insumos para a agricultura. Assim, a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, da petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão de

frigoríficos, etc., vieram a impulsionar, apoiadas no crédito rural, a modernização do setor agrícola.

A modernização do setor agrícola foi possível, por um lado, devido à busca pelo crescimento econômico acelerado da economia brasileira dirigida pelo regime militar, que propunha recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento. Para tanto, o governo federal tomou as seguintes decisões:

1- Investimento modesto, tanto no setor de bens de consumo não duráveis, quanto na agricultura. O crescimento que tais setores apresentaram durante o período, deveu-se ao aumento da massa salarial, oriunda do aumento do emprego, bem como do crescimento das exportações de manufaturados tradicionais e produtos agrícolas. Nesta fase, iniciou-se, ainda, o processo de modernização da agricultura no Brasil como um todo, mediante a mecanização, fazendo com que o setor agrícola se tornasse importante fonte de demanda para a indústria. Apesar da forte expansão do crédito agrícola, a agricultura no Brasil cresceu apenas 4,5% aa., em média, durante o período do Milagre.

2- O setor de bens de capital apresentou um crescimento modesto até 1970, dado que este mesmo crescimento se baseou na ocupação da capacidade ociosa existente, ao invés da ampliação da capacidade instalada. Conforme foi sendo aumentada esta capacidade, a taxa de crescimento da economia passou a seguir a mesma trajetória. O aumento da demanda por bens de capital repercutiu em que este setor fosse o de maior crescimento, de 1971-73.

3- O setor de bens intermediários cresceu em torno de 13,5% aa. no período do “Milagre”. Na verdade, tanto neste quanto no setor de bens de capital, a expansão econômica provocou uma pressão por importações, a qual foi causada pela insuficiência de oferta interna. Tal pressão contou com o estímulo do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que concedeu incentivos de forma indiscriminada e foi bastante liberal nas importações.

Assim, dada à ampliação da indústria nacional na década de 1970, possibilitando o surgimento de setores produtores de máquinas, implementos e insumos para a agricultura, bem como pela expansão do crédito agrícola proporcionado pelo Governo Federal para incentivar a produção para exportação desses produtos, o Paraná passou a modernizar sua agricultura.

Desta forma, devido à boa fase da economia brasileira e à política de desenvolvimento adotada pelo governo paranaense na década anterior, que buscava construir uma infra-estrutura adequada para receber a indústria mediante investimentos em energia elétrica e a construção de um sistema rodoviário que permitisse a interação da economia paranaense ao mercado nacional, o Paraná aproveitou para implantar seu parque industrial através da industrialização da agricultura (agroindústria).

Como o Governo Estadual, através do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), criado para promover seu projeto de desenvolvimento já havia investido muito na implantação dessa infra-estrutura básica para o recebimento da indústria na década de 1960, apenas aproveitou o ciclo expansivo da economia brasileira marcado pelo “Milagre Econômico” (1968-73), para acelerar o processo de implantação da indústria no Estado mediante a agroindústria.

Essa indústria que se desenvolveu no Paraná após a década de 70 não era mais aquela pequena indústria das décadas anteriores, voltadas para os reduzidos mercados locais ou dedicadas basicamente às atividades rudimentares do simples processamento de produtos agrícolas e, geralmente, com reduzidas escalas de produção. A nova indústria que surgiu “[...] baseava-se em empresas maiores, com a produção voltada para o mercado nacional e internacional, com tecnologia moderna e escala de produção de grandes dimensões.” (IPARDES, 1982, p. 15)

Analisemos melhor.

A política de industrialização adotada pelo governo Estadual impulsionou, a princípio, o estabelecimento de setores agroindustriais e estes, apoiados pelos

programas de crédito e investimento rural a nível nacional foram ganhando expressividade. A partir daí, relações de compra e venda entre a agricultura e a indústria foram se integralizando no Estado. O importante é que a indústria, quando passa a comprar diretamente a produção agrícola ou pecuária também impulsiona sua modernização, pois a exigência quanto à padronização do produto implica sempre na introdução de novas técnicas de produção.

Desta forma, abatedouros e frigoríficos, por exemplo, passam a oferecer aos produtores: rações, matrizes, etc., o que propicia grandes aumentos de produtividade e crescente dependência dos produtores em relação ao setor industrial no que se referem à freezers, lâminas para corte, etc. A agroindústria também passa a integrar-se horizontalmente formando complexos como os de rações integradas ao abate de animais. Nesses complexos a agricultura passa a representar simples elo de uma corrente mais ampla, sendo seu ritmo e processo de produção comandada pelo elo industrial da cadeia.

Ainda, o caráter diversificado da agricultura pode ser explicado também pelas suas próprias relações com a indústria. É que no processo de industrialização também crescem os mercados urbanos para produtos alimentares, já que a indústria tende a atrair mão-de-obra em busca de melhores salários para as regiões onde se instalam. O aumento do consumo de alimentos impulsiona a diversificação e a tecnificação da agricultura para produzir mais e em melhor qualidade.

Por outro lado, a agroindústria, comprando diretamente dos produtores rurais, comandará a própria diversificação ou seja, a agroindústria instalando-se numa área de agricultura dinâmica como o Paraná, impulsiona ela própria a produção de matérias-primas de que necessita, já que a agricultura tem condições de responder às suas demandas.

Desta forma, observamos que o processo de modernização da agricultura paranaense foi fruto de um processo mais amplo encabeçado pela economia nacional na década de 70. O Brasil queria aumentar sua exportação de produtos agrícolas, dado os bons preços no mercado internacional e o Paraná queria se

industrializar. Logo, como a infra-estrutura para o recebimento da indústria já havia sido implantada no Estado na década de 60, fruto do projeto desenvolvimentista do Governo Estadual, apenas aproveitou-se o momento propício para investir na implantação da indústria no Estado.

Por ser dinâmica, ou seja, por sustentar sempre altas taxas de crescimento do valor da sua produção, a agricultura do Paraná visava sempre aumentar sua rentabilidade e, por isto mesmo, pôde, na década de 1970, aproveitar-se dos estímulos representados pelo crédito rural e aumentar sua base técnica, buscando maiores lucros via aumentos de produtividade. Nesse sentido, a agricultura passou a comportar-se de forma semelhante à indústria, processo este que poderia ser chamado de “industrialização da agricultura.” (LAUSCHNER, 1978. p. 25-30)

Se o sentido de modernização se entende pela crescente utilização na produção agropecuária de insumos industriais, máquinas e equipamentos, é certo que tal prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas formas de estruturação da produção ou seja, afeta a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos, etc., e pode ser explicada por dois fatores básicos.

Primeiro, a diversificação e a ampliação da indústria nacional possibilitam o surgimento de setores produtores de máquinas e insumos da agricultura. Assim, a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, da petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão dos frigoríficos, etc., vão impulsionar, apoiadas no crédito rural à industrialização da agricultura.

Entretanto, o surgimento desses setores foi condição necessária mas não suficiente para explicar esse processo, já que foi o caráter dinâmico que possuía a agricultura paranaense, como já mencionamos, que explicou como esta teve condição de passar a ser grande consumidora de máquinas e insumos industriais em seu processo de produção.

Observemos a tabela a seguir:

**TABELA 01- Evolução do parque paranaense de tratores e colheitadeiras**

Anos	Nº. de Tratores *	Nº. de Colheitadeiras **
1960	5.181	986
1970	18.619	2.509
1975	52.498	7.407
1980	79.377	14.730

Fonte: FIBGE, SEAG\* FIBGE\*\* SEAG apud IPARDES. **Paraná, Economia e Sociedade:** Paraná: Destaques econômicos. Curitiba: Fundação IPARDES, 1982.

Analisando a tabela 01, podemos ver, claramente, que o Paraná investiu pesadamente na produção de tratores e colheitadeiras no período pós 1960, culminado num considerável aumento da produção agrícola paranaense nessa década.

Assim como já dissemos, por “modernização” entendemos o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos, defensivos, etc. Ora, é exatamente porque a agricultura visava maximizar sua rentabilidade é que tratou de reduzir seus custos de produção via aumento no progresso técnico e a aceleração desse processo pode ser vista claramente a partir dos anos 70, pelo fato que, entre 1971-78, foram vendidos no Estado, 63.024 tratores. (IPARDES, 1982. p. 10)

A rápida e crescente mecanização da produção agrícola do Paraná, que se constituiu apenas em uma das muitas fases do processo de modernização da agricultura e do aparecimento da indústria, foi também a grande responsável pelo pequeno aumento da população paranaense durante a década de 70, uma vez que, visando incrementar a produtividade do trabalho, a mecanização implicou a substituição de homens por máquinas, o que, evidentemente, reduziu a quantidade de mão-de-obra por unidade produzida. Com exceção das microrregiões de Curitiba, Campos de Ponta Grossa, Campos de Guarapuava e o Extremo Oeste paranaense, todas as demais regiões do Estado apresentaram taxas de crescimento populacional inferior àquela do Brasil (2,4%) na década. Mesmo nessas regiões acima citadas, o aumento na taxa de crescimento demográfico não foram resultados de aumentos da população rural e, sim, urbana. Em Curitiba, a

população rural decresceu 3,5% a.a. , em Ponta Grossa 0,17% e, em Guarapuava, 1,5%. (FIBGE, 1980)

Outro fator indicador dessa modernização, foi o consumo crescente de fertilizantes para fazer frente ao aumento da produção agrícola no Estado. A utilização desses insumos, além de aumentar a produtividade por área cultivada, implicou, ao mesmo tempo, a redução do trabalho utilizado por unidade produtiva.

Observe-se a tabela a seguir que comprova o que foi dito:

**TABELA 02 - Importação de fertilizantes pelo porto de Paranaguá : 1972-1980 (em t).**

Anos	Total dos Produtos	Índice
1972	52534	100
1973	42739	74
1974	140569	244
1975	164771	286
1976	226890	394
1977	358456	623
1978	412678	717
1979	437951	761
1980	568611	988

Fontes: FLEICHFRESSER, Vanessa. Paraná- Agricultura Moderna. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, Curitiba, ano 1 n.3, p. 21-31, out. 1979. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná, Economia e Sociedade**: Paraná: Destaques econômicos. Curitiba: Fundação IPARDES, 1982. (Obs.: Dados de 1977-1980 obtidos na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA.).

Observe-se que a partir de 1973 o Paraná aumentou consideravelmente a importação de fertilizantes, de 42.739 toneladas em 1973 passou a importar 568.611 toneladas em 1980. Se o aumento no uso de fertilizantes é sinônimo de aumento de produção, vemos que a mesma se expandiu sobremaneira no Paraná pós década de 70.

O processo de modernização da agricultura também implicou no surgimento de variações no tocante á importância relativa dos diferentes produtos que compõem a produção agrícola do Paraná. Observemos a tabela que segue.

**TABELA 03 - Variação absoluta e relativa na área plantada no Paraná dos principais produtos agrícolas- 1970-1980**

Principais Produtos	Variação Absoluta 1970 - 1980 (ha)	Variação Percentual 1970 - 1980 (%)
Algodão	-11413	-24,9
Arroz	-62191	-13,4
Café	-148400	-14,2
Cana - de - açúcar	23222	63,2
Feijão	24849	3,2
Milho	281691	15
Soja	2115789	695,5
Trigo	1312402	456,3

Fonte: SEAG-DERAL apud. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise conjuntural**, Curitiba: [s.n.], 1982. p.26.

É impressionante a rapidez com que se processam as alterações na pauta dos produtos agrícolas do Estado.

Observemos a explosão da área cultivada com soja, que, de uma cultura sem importância, num período de 10 anos, passou a ser o principal produto agrícola do Paraná.

O aumento da produtividade da soja e também do trigo se deram porque, sendo culturas modernas, exigiam áreas maiores para implantar-se (acima de 50ha), enquanto para o milho, o feijão, o arroz, o algodão e o café ainda eram relevantes à importância da pequena produção (áreas abaixo de 20ha). Para as culturas cujos preços dos produtos estavam em alta no momento, optou-se por cultivá-las em maior quantidade, em maiores espaços de terra, como era o caso da soja e do trigo; as demais, foram deslocadas para áreas menores.(IPARDES, 1982, p. 29) Conseqüência disso foi que o número de estabelecimentos agrícolas (sítios) até 20ha há diminuíram entre 1970-75.

Levando em consideração os preços favoráveis, a soja foi introduzida exatamente porque se dispunha de tecnologia moderna para sua produção, aparecendo, assim, como simples vínculo do processo de modernização.<sup>(9)</sup>

Ademais, fato que não podemos negligenciar é que o Governo Federal optou por uma política de expansão do crédito agrícola, como já antes fizemos menção, que

ao lado de garantir mercado à indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura, visava aumentar os níveis de produtividade da mesma de forma a aumentar as exportações. Somado aos bons preços da soja no mercado internacional na época, o Paraná mostrou-se bastante apto para absorver esta política e, nesse contexto, a soja apareceu como o veículo mais adequado para essa transição. Observemos a tabela a seguir:

**TABELA 04 - Crédito e custeio concedido ao Paraná- participação percentual dos itens no total 1970-79.**

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
<b>AGRICULTURA</b>	94,28	94,6	95,11	95,12	95,6	89,23	94,21	94,67	92,72	94
<b>ALGODÃO</b>	13,36	10,34	8,47	7,03	9,23	4,27	7,18	5,93	5,08	6,2
<b>AMENDOIM</b>	2,81	1,9	0,68	0,29	0,07	0,25	0,11	0,07	1,48	1,14
<b>ARROZ</b>	2,14	2,07	2,54	2,31	4,01	5,51	3,16	1,81	1,48	1,14
<b>BATATA</b>	-	-	-	-	2,43	1,89	2,15	1,92	2,18	1,43
<b>CAFÉ</b>	44,37	40,78	40,8	32,54	28,58	12,2	12,45	11,43	4,84	12,81
<b>CANA-DE-AÇÚCAR</b>	0,28	0,48	0,34	0,8	0,43	0,39	0,95	0,67	0,67	0,51
<b>FEIJÃO</b>	2,17	1,39	0,95	2,31	0,87	0,44	0,57	1,52	1,28	1,12
<b>MILHO</b>	10,43	9,43	7,01	8,45	6,86	7,83	7,42	4,11	5,52	5,72
<b>SOJA</b>	5,14	11,54	14,8	24,56	25,87	30,91	32,45	27,81	25,14	24,28
<b>TRIGO</b>	5,01	4,95	7,48	4,48	12,62	19,51	23,14	18,32	21,38	15,74
<b>OUTROS</b>	4,09	4,34	3,82	3,72	2,71	3,48	3,89	5,22	9,04	8,29
<b>À COOPERATIVAS</b>										
<b>À PRÓPRIA</b>	1,99	3,34	1,76	1,76	-	-	-	14,25	15,04	15,71
<b>REPASSES</b>	2,5	3,71	5,83	5,83	1,9	2,27	1,78	1,83	0,92	0,76
<b>PECUÁRIA</b>	5,72	5,54	5,59	5,59	4,4	10,77	5,79	5,33	7,28	6
<b>AVES</b>	-	-	-	-	1,2	1,26	1,2	0,98	1,23	1,17
<b>BOVINOS</b>	2,54	2,47	2,18	1,88	1,09	6,9	2,14	1,59	1,89	1,83
<b>OVINOS</b>	0,15	0,03	0,03	0,02	0	0,01	0	-	-	0
<b>SUÍNOS</b>	1,25	1,45	1,43	1,22	1,69	1,91	1,74	1,5	2,04	1,7
<b>OUTROS</b>	1,45	1,35	1,19	1,42	0,37	0,67	0,7	0,88	1,11	0,75
<b>À COOPERATIVAS</b>										
<b>À PRÓPRIA</b>	0,14	0,04	0,37	0,18	-	-	-	0,41	1	0,75
<b>REPASSES</b>	0,18	0,2	0,42	0,2	0,04	0,03	0,01	-	0,01	0,01
<b>TOTAL</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BACEN/DERUR- Elaboração Fundação IPARDES.

Ao observarmos essa tabela podemos notar que o café, que era o principal produto paranaense até 1960, tem sua participação reduzida de 1970-79 no que tange ao crédito de custeio concedido pelo Governo Federal de 44,37% para apenas 12,81%.

Por outro lado, a soja e o trigo que em 1970 utilizavam ,em conjunto, 10,15% do crédito de custeio, saltaram para 39,02% em 1979.

Desta forma, vemos que o crédito foi dirigido cada vez em maiores proporções para culturas modernas ou seja, que consomem mais equipamentos e insumos industriais.

O crédito de custeio apresentou grande percentagem de seu total dirigido à compra de produtos industriais. Em 1979, cerca de 40% dos gastos desse crédito eram destinados à compra de máquinas e equipamentos agrícolas, o que demonstra os benefícios trazidos por esse programa também ao setor industrial brasileiro. (IPARDES, 1982, p.33)

Um outro fator importante a ser destacado foi que o rápido incremento da área cultivada de soja não conferiu um sentido monocultor à agricultura paranaense. O aumento da área cultivada de soja (2.115.789 ha) mostrou-se bem superior à redução da área cultivada de algodão, café e arroz (322.004 ha), indicando claramente que o incremento do cultivo da soja não se realizou em detrimento de outras lavouras. Apenas, a queda no rendimento de algumas culturas, por exemplo o feijão indicou que, progressivamente, a expansão de áreas cultivadas deu-se em terras de pior qualidade e que, certas culturas menos rentáveis, foram sendo deslocadas de terras melhores para terras de qualidade inferior. Analisemos, ainda, a tabela a seguir.

**TABELA 05 - Participação dos estados na área cultivada nacional.**

	Milho (anos)	Feijão (anos)	Soja (anos)
<b>ESTADOS</b>	71-73 74-76 77-79	71-73 74-76 77-79	71-73 74-76 77-79
<b>SÃO PAULO</b>	12,9* 11,1 9,2	6,4 6,2 9,2	4,8 6,4 6,6
<b>PARANÁ</b>	18,1 19 18	20,4 19,7 17,2	21,3 29 29,7
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	15,9 14,1 14,8	5,8 4,5 4,2	64,6 52,8 58,3
<b>GOIÁS</b>	4,3 5,8 7,4	4,3 5,2 4,6	1,7 1,1 1,4
<b>MATO GROSSO</b>	1,5 2 1,3	1,5 1,4 1,5	1,4 3,2 6,4

Fonte: FIBGE, 1980, apud IPARDES. **Paraná: Economia e Sociedade**, Curitiba: [s.n.], 1982. p.28. (Os dados são percentuais do total [100%])

De acordo com tais dados, percebe-se, claramente, que a expansão da soja não reduziu a importância da produção paranaense em nível nacional, mesmo quando se consideram os produtos adicionais ou seja, o aumento da área plantada de soja não prejudicou as outras culturas desenvolvidas no Estado. Elas apenas foram deslocadas para áreas menores.

Percebe-se também, mediante os dados contidos na tabela, que, além da grande participação do Paraná na produção de milho, feijão e soja em nível nacional, existe uma distribuição mais homogênea das áreas ocupadas por esses produtos em nível estadual. Não existe, como no caso do Rio Grande do Sul, uma preponderância avassaladora de determinados produtos sobre os outros, como é o caso da soja, frente ao feijão e ao milho.

Ademais, mesmo sendo a soja o carro chefe da modernização agrícola paranaense, isso não significou a estagnação de outras culturas; elas apenas se modernizaram numa velocidade menor, o que demonstra a diversificação da agricultura do Estado.

Todavia, considerando que, na década de 70, praticamente já não existiam mais terras não apropriadas legalmente no Paraná, poderia surgir a seguinte dúvida:- Como foi possível a expansão da soja sem o deslocamento de outras culturas?

Isso ocorreu por causa da incorporação de áreas do interior, das propriedades que, antes, não eram produtivas ou que eram ocupadas com pastagens ou matas.

Ainda na década de 1970, o Paraná deparou-se com uma grande concentração no que tange à estrutura fundiária.

Na década de 60, era grande o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná. Os anos 70, por sua vez, assistiram a uma total inversão desse processo <sup>(10)</sup>, fenômeno este que esteve associado ao próprio movimento de modernização da agricultura.

É sabido que existe uma tendência, nos países capitalistas, à concentração da propriedade fundiária, mas, isso, nos países mais avançados é, de certa forma, bloqueada pelo Estado, uma vez que há certa organização por parte de pequenos e médios produtores, uma união política entre eles no intuito de pressionar o governo a protegê-los contra o poder dos bancos <sup>(11)</sup>. Desta forma, para controlar as crises sociais e políticas resultantes de tais movimentos, os governos estabelecem políticas agrícolas capazes de assegurar a sobrevivência desses proprietários, com medidas como: estabelecimentos de seguros contra as quebras de safras, garantia de renda mínima aos produtores, crédito agrícola, etc.

Já no Paraná, por sua vez, o processo de modernização impôs, logo de início, que os produtores manifestassem certas escalas mínimas de produção.

Os pequenos e médios produtores não contavam com recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos e, ainda, precisavam cumprir tal norma.

O programa de crédito rural implantado no Brasil a partir de 1965, com o objetivo de modernizar a agropecuária brasileira e aumentar a produtividade, foi implantado no Paraná entre 1970 e 1979 como já vimos, com o mesmo intuito. (IPARDES, 1982, p. 30)

Todavia, ao exigir a terra como garantia dos empréstimos, a mesma sofreu um forte aumento de preço. Esta valorização tornou a aplicação de recursos financeiros em terras altamente vantajosas.

A exigência na prática da propriedade de terras para a obtenção de empréstimos tratou de eliminar pequenos produtores sem terra, os quais jamais teriam acesso ao crédito.

Ao mesmo tempo em que o programa de crédito do Governo Federal contribuiu para a redução do número de pequenas propriedades no Paraná, criou amplo mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas.

Com a modernização da agricultura, foram progressivamente sendo alteradas as relações entre a mesma, por um lado, e a indústria e o comércio, por outro. Foram pouco a pouco sendo eliminadas as cadeias dos intermediários comerciais <sup>(12)</sup> e a indústria foi estabelecendo relações de compra diretamente com o setor agrícola, enquanto os produtores rurais trataram de se organizar em cooperativas, como mecanismo de defesa frente à indústria e aos grandes comerciantes. (IPARDES, 1982, p. 36)

A própria organização da produção em cooperativas, visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria representando um nível mais elevado de racionalização da produção e permitindo um certo ordenamento da mesma nas áreas que influenciam, coopera para comprovar o fato de que a agricultura paranaense se modernizou após 1970.

Concluindo esta parte da análise, o que encontramos no Paraná, após a intensificação do processo de modernização agrícola é um setor de proprietários, na grande maioria médios e grandes, que se utilizam de tecnologia moderna e progressivamente assumem maior participação relativa no valor da produção total e outro setor que se mantém à margem desse processo, cuja participação no valor total da produção é decrescente, não só por seus baixos índices de produtividade, mas principalmente pela redução do número dos arrendatários e parceiros. Observemos então a tabela a seguir, no intuito de analisarmos os efeitos do processo de modernização da agricultura na evolução do crescimento da população rural e urbana no Paraná.

**TABELA 06 - Taxa geométrica de crescimento anual, população total, rural, urbana, por microrregiões homogêneas no Paraná 1970-1980.**

MRH	PT 1970 -80	PUR 1970-80	PRU 1970-80
Curitiba	5,79	7,29	-3,5
Litoral Paranaense	2,02	3,02	-0,65
Alto Ribeira	0,37	2,84	0,11
Alto Rio Negro Paranaense	0,69	2,76	0,47
Campos da Lapa	1,2	2,66	-0,11
Campos de Ponta Grossa	3,31	4,58	0,17
Campos de Jaguariaíva	1,29	4,61	-0,28
São Mateus do Sul	0,83	6,21	-0,82
Colonial de Irati	0,1	3,17	0,07
Alto Ivaí	2,09	6,76	1,55
Norte Velho de W.Braz	-0,79	3,65	-2,53
Norte Velho de Jacarezinho	-2,48	2,33	-6,27
Algodoeira do Assaí	-3,26	2,45	-5,98
Norte Novo de Londrina	0,3	4,71	-6,61
Norte Novo de Maringá	-0,18	5,1	-8,89
Norte Novo de Paranaíba	-1,55	3,12	-5,6
Norte Novo de Apucarana	-1,92	4,38	-4,99
Norte Novo de Umuarama	-2,87	3,9	-5,85
Campo Mourão	-2,7	5,35	-5,9
Pitanga	2,4	7,29	1,89
Extremo Oeste Paranaense	2,48	12,48	-2,33
Sudoeste Paranaense	1,57	7,62	-0,32
Campos de Guarapuava	4,53	9,78	-1,51
Médio Iguaçu	2,18	5,11	0,01
<b>TOTAL DOS ESTADOS</b>	0,97	5,97	-3,32
<b>BRASIL</b>	2,48 -		-0,61

Fonte: FIBGE, apud INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná, Economia e Sociedade**: Paraná: Destaques econômicos. Curitiba: Fundação IPARDES, 1982. p.66.

Na primeira coluna constam os dados referentes à evolução do crescimento anual da população total do Paraná, por microrregiões, de 1970-80; na segunda, os dados referentes à evolução do crescimento da população urbana do Estado e, na terceira, da população rural.

Observe que, com exceção das microrregiões de Curitiba, Campos de Ponta Grossa e Extremo Oeste de Campos de Guarapuava, todas as demais microrregiões apresentaram taxas de crescimento populacional inferior àquela da média do Brasil, que foi de 2,4% na década. Nas regiões tradicionais do Norte, com exceção do Norte Novo de Londrina, cuja população apresentou pequeno crescimento absoluto,

as demais microrregiões tiveram sua população reduzida, como resultado da modernização do campo.

Os pequenos estabelecimentos agrícolas foram bastante atingidos pela modernização; pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, com poucos recursos, foram progressivamente eliminados da estrutura social dos campos paranaenses.

Vejam os dados ainda a tabela que segue:

**TABELA 07 - número de estabelecimentos de até 50 há segundo a condição de seus responsáveis – 1970-1975**

ANOS	ARRENDATÁRIOS		PARCEIROS		OCUPANTES		TOTAL	
	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%
1970	67.765	13,2	122.191	23,8	48.389	9,4	513.987	100
1975	47.389	11	79.263	18,4	42.383	9,8	431.814	100

Fonte: FIBEGE. **Censo Agropecuário do Paraná**. [s.l.]: [s.n.], 1970 e 1975.

Observemos como foram reduzidos os números de arrendatários e parceiros em extensões de terra de até 50 ha. Em 1970 diminuíram em 13% e, em 1975, em 11%. Os parceiros foram reduzidos em 23,8% em 1970 e 18,4% em 1975. Veja agora, como aumentou o número de proprietários de terras no Estado em apenas 05 anos; de 53,6% em 1970 para 60,8% em 1975. Apenas o número de ocupantes foi quem apresentou um aumento pouco significativo de 0,4%.

Ademais, a modernização da agricultura não provocou apenas mudanças na estrutura rural, mas também nas cidades.

O novo tipo de indústria que se instalou no Estado, com a produção centrada em poucas empresas, com plantas mais produtivas, exercendo quase a totalidade do comércio e dos serviços ligados à agricultura, tratou de eliminar, através da concorrência, os antigos produtores industriais agora pequenos e frágeis, que produziam para consumo local e os pequenos comerciantes.

Esses antigos agentes, com poucos recursos, mantinham suas atividades em pequenas cidades agrícolas. Na medida em que os serviços e a indústria passaram a concentrar-se em grandes companhias, provocaram o esvaziamento dos centros urbanos menores, enquanto algumas cidades (as que abrigavam as sedes das grandes companhias) passaram a crescer rapidamente, já que a mão-de-obra desocupada dos campos passa a buscar ocupação na indústria.

Estudos do IPARDES constataram que “[...] a modernização da agricultura e o surto industrial do Paraná provocaram grandes transformações que se manifestaram no progressivo assalariamento dos trabalhadores.” (IPARDES, 1982, p. 67)

Nas cidades, o assalariamento era a forma dominante e, no campo, o fenômeno foi encoberto pelo fato de que a mecanização da lavoura dispensou grande número de trabalhadores, resultando em que a população diretamente ligada à agricultura tendeu a diminuir em termos absolutos.

Todavia, o emprego industrial não crescia a contento no Paraná para absorver a toda essa demanda e, somado ao êxodo rural, resultado direto da modernização da agricultura, o Estado passou a se deparar com um processo de imigração de sua população para outros Estados, uma vez que não houve condições do Governo reter a população que saía do setor agrícola.

Tal processo migratório fez com que as questões sociais não se apresentassem de forma aguda no Estado, uma vez que os problemas dessa população mais desfavorecida migraram com elas para fora do Estado. Daí o fato da população favelada de Curitiba ser de apenas 30.000 pessoas, na década de 70, número muito baixo quando comparado às outras capitais brasileiras. (IPARDES, 1983, p. 72)

É certo que o Paraná cresceu industrialmente após os anos 70 <sup>(13)</sup>, como pudemos ver mediante os dados analisados, mas a distribuição dos benefícios do desenvolvimento foi desigual; a riqueza gerada beneficiou de forma desigual os

distintos estratos da população. Para ilustrar tal fato, basta considerarmos os salários pagos pela indústria, setor que melhor remunera os trabalhadores.

A renda interna do Estado entre 1970-0 cresceu 244% o que, sem dúvida, representou altíssimas taxas de crescimento da população e da produtividade tanto da agricultura quanto da indústria. Entretanto, a riqueza gerada beneficiou de forma bastante desigual os distintos estratos da população estadual.

Para ilustrar tal fato, basta considerar os salários pagos pela indústria, setor que melhor remunera o trabalhador.

Nessa atividade, os maiores salários médios mensais, em 1975, eram os da Mecânica (2,39 salários mínimos da época), enquanto os mais baixos (indústria de Vestuário e Calçados) alcançavam 1,34 salários mínimos. Por outro lado, na mesma época (entre 1970 e 1975), das 19 principais indústrias do Paraná, 13 apresentaram elevação da relação lucro/salários. (IPARDES, 1983, p. 78)

Tais dados só vêm confirmar que apesar do Paraná ter crescido industrialmente a partir de 1970, a riqueza gerada beneficiou de forma desigual a população.

Esse foi o perfil que configurou a economia paranaense dos anos 1970.

Ademais, a própria agricultura, buscando um aperfeiçoamento, um aprimoramento nas técnicas de produção, aperfeiçoamento este incentivado grandemente pelos governos Federal e Estadual, desenvolveu um caráter modernizante e naturalmente criou uma dinâmica que lhe imprimiu uma tendência expansiva, não se conformando em manter suas características tradicionais e assumindo progressivamente as feições de uma agricultura modernizada, abrindo espaço para a formação de uma agroindústria e, logo, passando a desenvolver, novos gêneros, ligados ou não às atividades agrícolas.

### **3) CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todas as análises dos estudiosos da economia paranaense até a década de 1970 a apontavam como periférica, primeiro do exterior e depois de São Paulo, uma vez que se constituía num Estado tipicamente agrícola, cuja renda gerada pela exportação de seus produtos era, a princípio, transferida para o exterior mediante a compra de produtos manufaturados e, depois, para São Paulo, pólo industrial nacional, contribuindo, através de seu grande montante de importações, para financiar o próprio processo de industrialização do mesmo, como já analisamos nos capítulos anteriores.

Ora, se ser um Estado periférico é não lograr um setor industrial, ou ainda, é se submeter à produção primária e a ser uma economia totalmente subsidiária do centro dinâmico, o que podemos observar pós década de 1970, é uma verdadeira mudança dessa tendência. É um Estado que se aproveita da boa fase da economia brasileira pós 1970 e da infra-estrutura montada pelo próprio Governo Estadual pós 1960 para desenvolver um mercado interno e receber a indústria, que, de um setor de importância bem menor, se comparado com a agricultura, passa a superar a própria participação da mesma depois da década de 70. Porém, neste caso, encontramos certa dialética, na medida em que não é que a indústria supera a agricultura em termos de crescimento percentual, é que a própria agricultura se industrializa e impulsiona o surgimento de novos setores industriais que suprirão suas demandas.

Desta forma, o Paraná, logrando um setor industrial não poderia mais ser denominado de um Estado Periférico, como muitos estudiosos da época o denominavam e a industrialização da agricultura, ou seja, a agroindústria, nesse contexto, foi a grande responsável por todo o processo de crescimento industrial do Estado a partir da década de 1970.

#### 4) BIBLIOGRAFIA

AMIM, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista**: Estudo sobre a CODEPAR. São Paulo: Símbolo, 1978.

BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro e WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Paraná Cultural LTDA, 1969.

BARTHELMESS, Arthur. Estado do Paraná: Aspectos geo-econômicos. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico paranaense**, Curitiba, v. 8, fasc. 3-4, 1958.

BARTHELMESS, Arthur. Ocupação e organização do Paraná velho. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.7-8, mai./1962.

BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da província do Paraná: A emancipação conservadora**. 1990, Dissertação de Mestrado em Economia. PUC: São Paulo, 1990.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1967.

CARMO, José Henrique. O Paraná: Sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, n.76, jul./set.1981.

CARNEIRO, Newton. **Um Precursor da justiça social**. Curitiba: S.C.P., 1965. (Relatório do presidente da Província, João José Pedrosa, à Assembléia Legislativa Provincial, em 16 de fevereiro de 1881.)

CASAL, Pe. Aires de. **Coreografia Brasílica**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. (Coleção de obras raras).

CHMYZ, Igor. Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola da Ciudad Real do Guayrá. **Revista de História**, Curitiba. n. 2, 1963.

CODEPAR. **O Paraná e a economia cafeeira**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Agricultura, SPL, Serviços de Planejamento, 1963.

CODEPAR. **Ação e Desenvolvimento: Relatório n.1966**, Curitiba, 1967.

COPEL **Subsídios ao Segundo Programa estadual de Eletrificação.**, Curitiba, 1966.

COPEL. **Relatório de Atividades**. Curitiba, 1966/67/68.

CORTESÃO, Jaime. **Os jesuítas e bandeirantes no Guayrá**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

CUNHA, Sieglinde Kindl da. O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba: UFPR, v.21, n.9, [199-].

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, RJ., 1965.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1967.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional 1995.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil, 1920**. [s.l.]: [s.n], [19-].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil, 1940**. [s.l.]: [s.n], [19-].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil, 1960**. [s.l.]: [s.n], [19-].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Senso demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: [s.n.], [19-].

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná- Economia e Sociedade**: Paraná - Destaques econômicos. Curitiba, 1982.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Senso agropecuário do Paraná, 1970-75**, Curitiba, [19-].

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná**. Curitiba, 1978. (2ª Fase).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**- Desempenho recente e cenários de curto prazo. Curitiba, ano 8, n.2 , fev. 1986.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**: Adaptação Estrutural da economia brasileira e seus reflexos no Paraná. Curitiba, jun. 1986.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**: O processo de industrialização do Paraná e suas perspectivas. Curitiba, ano 9, n.8, ago. 1987.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**: Conjuntura paranaense da década de 1980. v.13. n.7-8, jul./ago., 1991.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**. **Paraná**: Desempenho recente e cenários de curto prazo. Curitiba, abr. 1991

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**: Expansão recente da indústria paranaense: Componentes estruturais e conjunturais. Curitiba, v19, n.9-10, set./out. 1997.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise Conjuntural**: Oportunidades regionais no Paraná. Curitiba, v.20, n.1-2, fev.1998.

ITO, Oscar Hissao. **Os fatores que afetam o processo de industrialização do Estado do Paraná**. 1980, Dissertação (Mestrado)- UFRGS, Porto Alegre, 1980.

LACERDA, Antônio Corrêa, BOCHI, João Ildebrando, REGO, José Marcio, BORGES, Maria Angélica e MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

LAUSCHNER, Roque. **Industrialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Executivo, ano 4, n.18, jul./set. 1978.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Guerra fiscal e industrialização do Paraná**. Curitiba: Fundação IPARDES, 1998.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. **História do Paraná**. São Paulo: Rumo, 1969.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n.28. jan./fev. 1972.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista de. **História Econômica**. 2 ed. São Paulo: [s.n.], 1973. Sugestões Literárias.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 2 ed. São Paulo: Rumo, 1939.

MENSAGEM do presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, ao congresso estadual, em 01 de fevereiro de 1925. Curitiba: [s.n.], 1925.

PADIS, Pedro Calill. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.** Curitiba: HUCITEC, 1981.

PASSOS, Carlos Arthur K. As condições gerais que afetam a indústria no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, mar./abr. 1975.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PINHEIRO, Brasil Machado et al. **Campos Gerais- Estruturas Agrárias.** Curitiba: FFCL-UFPR, 1968.

PORTOS do Paraná: Conforme. Administração dos portos de Paranaguá e Antonina. Curitiba, 1967. (dados estatísticos).

PARANÁ (ESTADO). **Relatório apresentado à Assembléia Geral do Paraná, por ocasião da instalação da segunda sessão da 14ª legislatura,** no dia 16/02/1881, pelo presidente Dr. João Pedrosa. Curitiba: TYP, Perseverança, 1881.

RISCHBIETER, Karlos. Incentivos à industrialização paranaense. **Revista paranaense de desenvolvimento.** Curitiba, n.30, mai./ago. 1994.

SAGMACS. **Plano de Desenvolvimento do Paraná.** Curitiba, 1963.

SANTANA, Ana Lucia Jansen de Mello de. Crescimento industrial do Paraná :1892-1918. In: **REUNIÃO da sociedade brasileira de pesquisa histórica.** Curitiba: [s.n.], 1990.

SANTOS, Theotônio dos. The structure of dependence. **American Economic Review,** may, 1970.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: CEN, 1968.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SUNKEL Oswaldo. **O marco histórico do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento.** 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TAMER, Alberto. Paraná - as novas fronteiras. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 9-17, junho, 1972. (Compilada e publicada sob patrocínio do Governo do Estado do Paraná, Curitiba 1972).

TAUNAY, Affonso E. **História das bandeiras paulistas.** São Paulo: Ed. Museu Paulista, 1946.

TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício Dias. **A economia política da crise: Problemas e impasses da política econômica brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

TRINTIN, Jaime Graciano. **Industrialização do Norte paranaense e a questão do bloqueio de desenvolvimento em regiões periféricas**. 1989. Dissertação. (Mestrado)- UFPE, Recife, 1989.

VERRI, Enio José. **Desenvolvimento recente da indústria paranaense**. UEM/Maringá, Dissertação de Mestrado em Economia, Maringá, 1998.

## NOTAS

<sup>(1)</sup> Bacharel em Economia pela UEM – Universidade Estadual de Maringá (1998); Mestre em História Econômica pela USP – Universidade de São Paulo (2002) e Doutoranda em História Econômica pela USP – Universidade de São Paulo. Atualmente exerce atividade docente junto à Faculdade Integrado de Campo Mourão – PR. Endereço para contato: Av. Irmãos Pereira, 670, Centro, Campo Mourão – PR. Tel.: (44) 3523-1982. E-mail: luciana@grupointegrado.br.

<sup>(2)</sup> Ver FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil. Nacional**,. São Paulo: Nacional, 1995.

<sup>(3)</sup> Ver: MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982. SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977. Como forma de entender melhor os determinantes desse processo de concentração econômica em torno de São Paulo.

<sup>(4)</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920.

<sup>(5)</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940.

<sup>(6)</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1960.

<sup>(7)</sup> SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

<sup>(8)</sup> A Teoria da Dependência, através da relação centro-periferia, denominava que Estados ou países agrícolas, considerados como periferia, por terem suas economias baseadas no setor primário, seriam fadados a eternos dependentes dos Estados e/ou países desenvolvidos, denominados por “centrais”, ou seja, industrializados. Isso porque amargavam constantes perdas comerciais e deterioração em seus termos de troca devido à pequena ou nula agregação de valor aos seus produtos exportáveis em relação aos Estados/países “centrais”.

<sup>(9)</sup> O mesmo ocorreu com a cultura do trigo durante a década de 70. Tais culturas garantiram mercado à indústria produtora de máquinas e insumos, além de propiciar aumentos nos níveis de produtividade da agricultura.

(10) De acordo com o Censo Agropecuário do Paraná, 1970-75, observa-se que o número de pequenos estabelecimentos, até 20 h a , diminuiu em 76.000 unidades no Estado, entre 1970-75. Tal redução tem como contrapartida a expansão dos grandes estabelecimentos (acima de 500 há) cuja área total sofreu um aumento de 26,1% para 30,8% do total das áreas dos estabelecimentos, nesse período.

(11) Ver: SOUZA, Nali de Jesus: **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999. Cap.9.

(12) Exemplos de intermediários comerciais: pequenos comerciantes, atacadistas comerciais e caminhoneiros.

(13) Aquele desenvolvimento industrial que PADIS afirmava ser difícil de acontecer mas que, se acontecesse, seria num futuro muito distante, não precisou mais que uma década para despontar.

*Enviado: 03/03/2006*

*Aceito: 30/04/2006*

*Publicado: 06/05/2006*